

Inquérito Civil n. 06.2021.00000800-4

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0009/2022/04PJ/CON

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** (MPSC), por seu Promotor de Justiça; e de outro lado **MERLO IMÓVEIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 11.103.648/0001-00, com sede na Linha Santa Terezinha, interior do município de Concórdia/SC, representada por Cláudio Vivan Merlo, doravante nomeada Compromissária, no Inquérito Civil n. 06.2021.00000800-4, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

CONSIDERANDO que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, III, da Constituição da República (CRFB/1988), possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO que o art. 14, § 1º, *in fine*, da Lei n. 6.938/1981, reconheceu o Ministério Público como órgão de proteção do meio ambiente, assegurando-lhe legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, II, da CRFB/1988, encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, caput, CRFB/1988);

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os

danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/1998);

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, XXI, 170, VI, 182, § 2º, e 186, I, da CRFB/1988, além dos princípios jurídicos ambientais do desenvolvimento sustentável, da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção ao bioma Mata Atlântica e seus remanescentes, regulamentada e protegida pela Lei n. 11.428/2006, cuja preservação garante a presença de nascentes, fluxo de mananciais de água que abastecem as cidades, além de ajudar o clima e a conservação do solo, protegendo escarpas e morros, com respeito às inúmeras espécies de animais e vegetais que dela dependem;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 21, III, e 31, I, da Lei n. 11/428/2006, o corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados, para fins de loteamento ou edificação, nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência da dessa lei, garantindo-se a preservação de vegetação nativa em pelo menos 50% da área total coberta pela vegetação;

CONSIDERANDO a tramitação, no âmbito deste Órgão de Execução, do Inquérito Civil n. 06.2021.00000800-4, instaurado para apurar a regularidade da supressão de vegetação nativa correspondente a 0,4 hectares em parcelamento de solo implantado pela empresa Merlo Imóveis Ltda;

CONSIDERANDO que ficou demonstrado no bojo do referido Inquérito Civil, notadamente à vista do AIA n. 14652-D, lavrado pelo IMA, que a representada suprimiu vegetação nativa excedendo, em 0,4 hectares a área autorizada pela Autorização de Corte n. 1376/2017/IMA, concedida no Processo n. VEG/76830/CAU;

CONSIDERANDO que a representada, muito embora tenha apresentado, em ago/2021, projeto para recuperação da área degradada, posteriormente, em dez/2021, apresentou ao órgão ambiental, no bojo do Processo AIA n. 14652-D, proposta de compensação ecológica;

CONSIDERANDO que a proposta de compensação ecológica que a representada apresentou ao IMA consistente em a reparação do dano ambiental

ocorrer em local diverso daquele em que houve a degradação, pois na área degradada encontra-se implantado o Loteamento Residencial Merlo II já aprovado e registrado no 2º Registro de Imóveis de Concórdia, de modo que parte do dano está sob as ruas do loteamentos, as quais já foram doadas ao Município, o que torna inviável a restauração *in situ*;

CONSIDERANDO que a compensação ecológica ocorrerá mediante a destinação de área três vezes maior do que a degradada (foi degradada a área de 4.000,00 m² e a representada apresenta a área de 12.000,00 m² como compensação ecológica), a qual está coberta de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração e está localizada no entorno da área do dano, em imóvel de matrícula n. 279, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia;

CONSIDERANDO que o Instituto do Meio Ambiente aprovou a referida proposta de compensação ambiental em mar/2022;

CONSIDERANDO que foi acordada com o órgão ambiental a compensação ambiental por área, bem como a compensação pecuniária relacionada aos mesmos fatos, sendo esta última no valor de R\$ 22.848,00 (Termo de Compromisso n. 08/2022 – fls. 504-511), de modo que desnecessária compensações por outras áreas ou acréscimo de valores.

CONSIDERANDO que a responsabilidade pelos danos ambientais é de natureza *propter rem*, ou seja, decorre do bem em sua essência e não da ação lesiva causada, a teor do que dispõe o Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), nos termos de seu art. 2º, § 2º, que assim dispõe que "*as obrigações previstas nesta Lei têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural*";

CONSIDERANDO que a reparação do dano ambiental deve se dar, em ordem de importância, com a restauração *in situ* e, sendo inviável, com a compensação ecológica, mediante substituição por equivalente no local, substituição por equivalente em outro local ou indenização pecuniária (art. 4º do Assento n. 1/2013/CSMP);

CONSIDERANDO que, a teor do art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347/1985, os órgãos públicos legitimados, dentre eles o **MPSC**, poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais,

mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

RESOLVEM

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

1. OBJETO:

Cláusula 1ª. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medidas reparatórias e indenizatórias em relação ao dano ambiental praticado pela empresa **Merlo Imóveis Ltda**, consistente na supressão/danificação de 0,4 hectares de vegetação nativa, excedendo a área autorizada pela Autorização de Corte n. 1376/2017/IMA, concedida no Processo n. VEG/76830/CAU, para implantação de loteamento residencial.

2. OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA:

Cláusula 2ª. A Compromissária obriga-se a **recuperar ambientalmente** a área degradada, mediante a destinação de outra área (consistente em 12.000,00 m²), localizada no mesmo Município, a qual está coberta de vegetação nativa secundária em estágio avançado de regeneração e está localizada no entorno da área do dano, em imóvel registrado sob a matrícula 279 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, não havendo necessidade de execução de qualquer projeto de reparação ambiental.

§ 1º A Compromissária deverá, no prazo de 180 dias corridos a contar da intimação pelo Ministério Público após a homologação do TAC pelo CSMP, promover a averbação da referida área na matrícula do imóvel respectivo como sendo área verde, sendo-lhe facultada a doação desta ao Município, caso este aceite, sem que isso a desobrigue do cumprimento da presente cláusula.

Cláusula 3ª. A Compromissária obriga-se, **como forma de compensação pelo dano ambiental**, a pagar o valor de R\$ 22.848,00 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais), na forma acordada com o Instituto do Meio Ambiente no Termo de Compromisso n. 8/2022.

§ 1º. A presente cláusula será considerada cumprida mediante a comprovação do efetivo pagamento do valor acordado com o IMA, o que se dará no

prazo de 30 (trinta) dias da assinatura deste TAC.

3. DESCUMPRIMENTO:

Cláusula 4ª. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, a Compromissária estará sujeita a protesto e às seguintes multas, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, revertidas para o FRBL, mediante expedição futura de boleto bancário, definidas na tabela abaixo:

Cláusula descumprida	Valor da Multa	Referência
Cláusula 2ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
§ 1º da Cláusula 2ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Cláusula 3ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
§ 1º da Cláusula 3ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso

§ 1º O não cumprimento do ajustado nas obrigações constantes das cláusulas 2ª a 3ª implicará no pagamento das multas referidas na tabela acima e na execução judicial das obrigações de fazer assumidas.

§ 2º As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando a Compromissária constituída em mora com a simples ocorrência do evento.

Cláusula 5ª. Eventual descumprimento das cláusulas ajustadas por caso fortuito ou força maior, ou outro importante motivador, deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que o Ministério Público analisará e decidirá sobre a aceitação ou não da justificativa apresentada para fins de isenção das multas previstas na Cláusula 4ª.

4. ALTERAÇÃO DOS PRAZOS:

Cláusula 6ª: Os prazos estipulados nas Cláusulas 2ª a 4ª poderão ser estendidos, sem a formalização de termo aditivo, mediante apresentação de justificativa e de cronograma, os quais serão devidamente analisados por esta Promotoria, que deferirá ou não o pedido.

5. ADITAMENTO:

Cláusula 7ª: Não sendo o caso de simples modificação de prazos, as partes poderão rever o presente ajuste, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente

necessária.

6. A POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

Cláusula 8ª. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor da Compromissária, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Cláusula 9ª. Todos os prazos estipulados, salvo previsão expressa, passam a correr a partir da assinatura do presente termo de ajustamento de conduta, pelo último signatário, momento em que o acordo entrará em vigor.

Cláusula 10. Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 784, IV, do Código de Processo Civil.

Cláusula 11. O presente termo de ajustamento de conduta, e o inquérito em que este tramita, será arquivado e submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/1985, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para sua fiscalização.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em três vias.

Concórdia, 26 de abril de 2022.

(assinatura digital)
Fabício Pinto Weiblen
Promotor de Justiça

MERLO IMÓVEIS LTDA
Compromissária

MATHEUS ARMILIATO
Advogado OAB/SC 52.026